

O MONSTRO DE MAO

Carlos Gaspar

JUNG CHANG,
JON HALLIDAY

Mao.
The Unknown Story

Londres,
2005
Cape, 832 páginas

Mao Tsé-Tung é, ao mesmo tempo, para a história da China, um rebelde que unifica o império e funda um regime – ele próprio gostava de se comparar a Qin Shi Huangdi, um terrível tirano e o primeiro a impor a unidade chinesa, embora possa ser mais correcta a referência a Zhu Yuanzhang, o primeiro imperador Ming, que não só era um plebeu, como estabeleceu uma dinastia duradoura – e, para a história do século XX, um dos paradigmas da dominação totalitária, ao lado de Lenine, Estaline e Hitler.

A sua história não se pode separar da história do seu tempo, marcada por uma sequência imparável de guerras e de revoluções – desde a decadência da última dinastia Qing e a revolta dos Boxers, a penetração crescente das grandes potências e as tentativas de despedaçar o velho império, a proclamação da república e a divisão da China, a invasão japonesa e o fracasso do Partido Nacionalista (Kuomintang), a II Guerra Mundial e a Guerra Civil até à fundação da República Popular da China e ao isolamento internacional. Essas catástrofes

sucessivas culminam com a revolução comunista chinesa, a última e a pior de todas, pelo menos no número alucinante de vítimas do maoísmo.

Mao entra no PCC na altura da sua fundação, em 1921, logo a seguir à revolução bolchevique na Rússia. Na primeira fase, o essencial da sua estratégia concentra-se na tomada do poder dentro do partido comunista, inicialmente contra os seus fundadores, a seguir contra Chou En-Lai, Chang Kuotao e, sobretudo, Wang Ming, o representante do Komintern (Georgi Dimitrov adoptou uma das suas filhas), assassinado em 1939. Depois, o principal é consolidar a sua posição como chefe do partido e do exército, neutralizando os rivais militares, como Peng Dehuai, eliminando a «quinta coluna» soviética, com a expulsão de Gao Gang, e destruindo os adversários internos, como Liu Shaoqi e Lin Biao. A sua estratégia é o movimento e o seu método o terror, onde se reúnem as tradições do despotismo oriental e a vocação do niilismo totalitário. O partido e o seu exército são os instrumentos indispensáveis para aniquilar os inimigos chineses, a começar pelo Kuomintang de Chiang Kaichek, e para lutar

contra os inimigos externos, incluindo o Japão, os Estados Unidos, a União Soviética ou a Índia. Mao é um discípulo notável da escola estratégica de Sunzi e de Cao Cao, cuja referência permanente se deve procurar nos romances históricos chineses, mais do que na filosofia alemã ou nos «clássicos» do leninismo e do estalinismo – ele próprio sublinha uma certa distância quando entrega, pessoalmente, os seus textos a Estaline para o dirigente soviético os corrigir e adequar ao cânone comunista. Nesse sentido, tenta sempre fazer com que os seus adversários se destruam uns aos outros e evita empenhar as suas próprias forças até ao último momento possível. O seu feito emblemático é uma retirada – a Longa Marcha – e, desde 1936, os seus esforços vão no sentido de provocar a guerra entre o Japão e o regime nacionalista, na qual a sua participação é a menor possível, apesar da pressão recorrente do centro soviético para mobilizar as forças militares dos comunistas chineses contra a ameaça japonesa. No mesmo sentido, deixa o Exército soviético ocupar a Manchúria, em 1945, para reconstituir as suas forças armadas e preparar a Guerra Civil, onde os avanços do exército comunista assinalam mais a desagregação acelerada do Kuomintang do que uma sucessão de batalhas vitoriosas. Naturalmente, o sucesso dessa estratégia ficaria incompleto sem reclamar a glória e o heroísmo da luta e Mao Tsé-Tung encarrega-se ele próprio de criar o mito da resistência dos comunistas e das suas vitórias militares contra a invasão japonesa e o cerco nacionalista: em *Red Star over China*, Edgar Snow, um jornalista norte-americano,

conta essa versão romântica da história, a partir das suas entrevistas a Mao, refugiado em Yen-an.

UM PROBLEMA DE DATAS

Simon Leys explicou que o problema de Mao Tsé-Tung é um problema de datas: se tivesse partido em 1956, seria o homem que restaurou a unidade e a dignidade da China, como viveu mais vinte anos ficou na história como um déspota sanguinário, que destruiu Pequim, provocou uma das grandes fomes do século XX – vinte milhões de mortos, segundo a estimativa mais conservadora, na tentativa de pôr a funcionar metalurgias caseiras alimentadas pelos utensílios de ferro dos camponeses, que depois passaram a cultivar as terras com as suas mãos – e perseguiu, implacavelmente, os seus companheiros, em vagas de depurações sucessivas, desde as «Cem Flores» até à «Grande Revolução Cultural Proletária», numa imitação deliberada do terror estalinista.

Esse Mao, minuciosamente descrito pelo seu médico Li Zhisui e, ultimamente, por um número crescente de testemunhos chineses, encontrou, finalmente, os seus biógrafos, Jung Chang e Jon Halliday, dois ex-comunistas, ela por dever filial e obrigação social, como conta nos *Cisnes Selvagens* (Quetzal), o romance admirável onde descreve a tragédia da vida da sua avó, da sua mãe e a sua própria experiência na China da «Revolução Cultural», ele por escolha intelectual e militante, que o levou a editar a versão inglesa das memórias de Enver Hoxha e a dirigir a *New Left Review*. Jung Chang e Jon Halliday não escreveram, nem têm a pretensão de ter escrito

um trabalho de historiadores. O seu *Mao. The Unknown Story* é uma obra edificante, cujo desígnio se resume, assumidamente, a retratar Mao como um monstro, de uma forma polémica, desfazendo, passo a passo, todos os mitos que o próprio construiu a seu respeito e que os hagiógrafos do «culto da personalidade» se encarregaram de tornar a história oficial da revolução chinesa. No entanto, não deixaram de levar a cabo um trabalho impressionante de recolha de fontes, não só a partir de novos arquivos na Rússia, na Bulgária e na Albânia, mas também pelo uso sistemático de uma quantidade crescente de textos publicados nos últimos anos em chinês. Além disso, entrevistaram um número importante de personalidades, incluindo Yang Shangkun e Wang Guangmei, a viúva de Liu Shaoqi, bem como membros do staff de Mao.

Esse esforço notável fica, todavia, prejudicado pela ausência de referências a fontes verificáveis em casos onde os autores apresentam o que pretendem ser factos novos, incluindo episódios importantes das relações externas da China – por exemplo, descrevem Henry Kissinger a deixar cair a garantia norte-americana indispensável para a sobrevivência de Taiwan e a presença militar dos Estados Unidos na Coreia do Sul durante os seus encontros com o «velho filósofo» chinês. No mesmo sentido, na parte mais inovadora do seu livro, que se refere às relações entre o Partido Comunista da China e o centro soviético e entre a República Popular da China e a União Soviética, o recurso sistemático e sem demarcação crítica às edições da propaganda oficial publicadas

em Moscovo durante a cisão sino-soviética não deixa de levantar dúvidas inevitáveis sobre o rigor e a precisão dos documentos citados, nomeadamente quando estão em causa temas como a II Guerra Mundial e as relações entre os dois partidos comunistas.

AS VIRTUDES DO ICONOCLASMO

O livro tem as virtudes dos iconoclastas: Mao não voltará a ser o mesmo. Pelo caminho, Jung Chang e Jon Halliday denunciam um número importante de ideias feitas e apresentam análises interessantes de momentos cruciais na decisão chinesa ainda mal conhecidos. A imagem de Mao e dos comunistas chineses como um partido moderado de «reformadores agrários» foi deliberadamente cultivada pelos dirigentes soviéticos e chineses nos seus contactos com os responsáveis norte-americanos desde a II Guerra Mundial, para minar a aliança entre os Estados Unidos e o Kuomintang. Os vínculos de subordinação hierárquica entre o centro soviético e o Partido Comunista da China revelam o absurdo da tese defendida por John Service ou Barbara Tuchman, segundo a qual os norte-americanos não teriam «perdido» a China se tivessem apostado nos comunistas chineses. O empenho de Mao em garantir o apoio militar chinês à estratégia ofensiva de Kim Il-Sung desde antes da invasão da Coreia do Sul sublinha a sua determinação em projectar a China como uma grande potência logo em 1950 e confirma os estudos de Chen Jian sobre a Guerra da Coreia contra as posições que insistem na versão da resistência chinesa às pressões soviéticas

que querem forçar a intervenção dos «voluntários» do Exército Popular de Libertação. A natureza ritual dos bombardeamentos de Jinmen (Quemoy) e Taiwan, em 1954 e em 1958, assinalada nas memórias de Li Zhisui, e o seu enquadramento externo são postos em evidência, como uma forma de limitar a «co-existência pacífica» entre a União Soviética e os Estados Unidos, cujo resultado seria um crescente isolamento internacional da China. A profundidade da crise provocada pelo «Grande Salto em Frente» e pela fome – o número de Jung Chang e Jon Halliday são cinquenta milhões de mortos – dentro do Partido Comunista da China, entre a Conferência de Lushan, em 1959, e a Conferência dos Sete Mil, em 1962, é realçada com recurso a novas fontes chinesas, nomeadamente o relato de Li Rui, um participante no Plenum de Lushan.

Noutros casos, os esforços de Jung Chang e Jon Halliday são menos consistentes e, em certos casos, as suas análises parecem insustentáveis. A importância decisiva da questão nuclear nas relações com a União Soviética é, e bem, constantemente valorizada, embora por vezes com excesso de zelo, como quando se subordinam a entrada chinesa na Guerra da Coreia e os exercícios simulados de escalada nas tensões no estreito da Formosa à necessidade de forçar concessões directas da União Soviética no domínio das tecnologias militares nucleares: provocar as ameaças nucleares norte-americanas era igualmente relevante para opor uma estratégia ofensiva no movimento comunista internacional à linha que queria encerrar o ciclo de expansão e consolidar o status quo

internacional, onde a China não podia ser mais do que uma parte do bloco soviético. É pertinente fazer a ligação entre a invasão chinesa da Índia, em Outubro de 1962, e a crise paralela dos mísseis de Cuba, nomeadamente quanto à decisão de Mao de fazer coincidir o fim da segunda ofensiva com os acordos para a retirada dos mísseis soviéticos, mas falta demonstrar que o dirigente chinês não só estava ao corrente da operação soviética de instalação de armas estratégicas ofensivas em Cuba, cujo sucesso dependia de evitar que fossem descobertas antes de tempo, como soube também antecipar o momento da crise para iniciar as operações militares na fronteira indiana. Essa análise, de resto, ignora as decisões de Nehru, cujas tropas tinham tomado posições em áreas disputadas na fronteira, apesar dos avisos chineses, e é confusa acerca da posição de Khrushchev sobre o confronto armado entre a Índia e a China: o dirigente soviético ora aparece disposto a apoiar os seus aliados indianos, ora alinhado com os seus rivais comunistas. No mesmo sentido, no domínio das relações entre o centro soviético e o Partido Comunista da China, as análises oscilam entre a denúncia da subserviência e a condenação da desobediência chinesa às directivas de Moscovo, sem ressaltar a força da autonomia nacional do movimento comunista chinês. Por último, o fascínio pelas teorias da conspiração provoca um número importante de especulações difíceis, ou mesmo impossíveis, de fundamentar, designadamente acerca das infiltrações comunistas no Kuomintang e sobre a rede privativa de espionagem chinesa nos

Estados Unidos, bem como sobre as ligações entre as crises internas no centro soviético e os comunistas chineses – boas intuições mal servidas por argumentos fracos e pela ausência de fontes.

O melhor elogio do trabalho de Jung Chang e de Jon Halliday foi feito pelas autoridades que proibiram a circulação do seu livro na China. Ao contrário dos casos de Estaline, denunciado pelos seus sucessores no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética três anos depois da sua morte, ou mesmo de Lenine, criticado, *sotto voce*, no fim do regime soviético, não houve ainda um corte entre o regime comunista chinês e o seu fundador. Deng Xiaoping, um sobrevivente das depurações maoístas, pronunciou o seu

veredicto sobre Mao – «setenta por cento certo e trinta por cento errado» – e, até à data, o Partido Comunista da China não quis voltar a abrir essa questão. Ao contrário de Estaline, removido do seu mausoléu por Khrushchev – o qual, irritado pelas críticas chinesas acerca das denúncias do XX Congresso, terá dito a Mao: «se gostas tanto de Estaline porque não levas o cadáver contigo para Pequim?» – e tal como Lenine, inamovível na Praça Vermelha quinze anos depois do fim da União Soviética, Mao Tsé-Tung permanece em Tíen'anmen, com o seu enorme retrato na porta da Cidade Proibida – onde sempre se recusou a entrar – no mesmo lugar onde anunciou, em 1949, a fundação da República Popular da China. **RI**